

DISCURSO POLÍTICO E OS IMAGINÁRIOS SOBRE A REFORMA DO ESTADO NA BOLÍVIA (2006-2010)

POLITICAL DISCOURSE AND THE IMAGINARIES ON STATE REFORMA IN BOLÍVIA (2006-2010)

Leonardo Bacher Medeiros¹
Leonardo Granato²

RESUMO: As transformações do Estado capitalista - tais como a reforma da sua estrutura jurídico-política - trazem consigo elementos de conservação, reprodução e, também, de transformação de certas relações sociais. Essas variáveis se apresentam, ao nível das lutas sociais, por meio de práticas que se manifestam em determinada conjuntura na cena política. Considerando estas premissas, este artigo propõe abordar uma dessas práticas - a do discurso político - na conjuntura da reforma do Estado na Bolívia (2006-2010). A partir desse objetivo, o artigo se dedica a examinar a narrativa acerca dos imaginários sobre o processo de reforma política na cena política boliviana, particularmente, durante o período de ascensão do partido *Movimiento al Socialismo (MAS)* à institucionalidade estatal. Para esse exame, o artigo fundamenta-se na Análise do Discurso de origem francesa. O material discursivo examinado corresponde a sequências discursivas extraídas das manifestações públicas do vice-presidente Álvaro García Linera, entre 2008 e 2010. Conclui que a narrativa em torno do processo de reforma do Estado no caso boliviano é constituída por um imaginário que se reporta à existência de uma vanguarda indígena na conquista do poder de Estado, além da existência de um horizonte plurinacional de inclusão não apenas dos indígenas, mas também dos demais setores subalternos à institucionalidade estatal, fator que consolida um imaginário de coesão e de unidade nacional na conjuntura de transformação do Estado.

Palavras-chave: Discurso político; reforma do Estado; imaginários; análise do discurso.

ABSTRACT: The transformations of the capitalist state - such as the reform of its juridical and political structure - brings along with them elements of conservation, reproduction, and also of transformation of certain social relations. These variables present themselves, at the level of analysis of social struggles, through practices that manifest themselves at a certain conjuncture in the political scene. Considering these premises, this article proposes to approach one of these

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Estágio de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Membro do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC-UFRGS/CNPq), onde atua com pesquisador colaborador.

² Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professor da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Professor permanente no curso de pós-graduação em Ciência Política e no curso de pós-graduação em Políticas Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Coordenador do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC).

practices - the political discourse - in the conjuncture of the reform of the State in Bolivia (2006-2010). From this purpose, the article is dedicated to examine the narrative on the imaginaries about the political reform process in the Bolivian political scene, in particular, during the period of the rise of the Movimiento al Socialismo party (MAS) to the state institutionality. For this analysis, the article is based on the Discourse Analysis of French origin. The discursive material examined corresponds to discursive sequences extracted from the public manifestations of vice-president Álvaro García Linera, between 2008 and 2010. It concludes that the narrative surrounding the state reform process in the Bolivian case is constituted by an imaginary that refers to the existence of an indigenous vanguard in the conquest of state power, as well as the existence of a plurinational horizon of inclusion not only of indigenous people, but also of other subaltern sectors in the state institutionality, a factor that consolidates an imaginary of cohesion and national unity in the conjuncture of state transformation.

Keywords: Political discourse; state reform; imaginaries; discourse analysis.

1 Introdução

As transformações do Estado capitalista - tais como a reforma das instituições e a reorganização do poder político - trazem consigo elementos de conservação, reprodução e, também, de transformação de certas relações sociais. Essas possibilidades se manifestam em determinada conjuntura e são observáveis a partir de práticas sociais que constituem o “mundo vivido” pelos grupos sociais em luta. O discurso político se apresenta como uma dessas práticas na conjuntura estudada neste artigo: a da reforma do Estado na Bolívia no período de 2006 a 2010. Esse discurso, ao nível de análise da cena política, constitui uma narrativa que expressa parte fundamental da ideologia dominante³ e de sua transformação no caso concreto.

Considerando essas premissas, esse artigo se dedica a examinar a narrativa que constitui os imaginários sobre o processo de reforma política na Bolívia, particularmente, durante o período de ascensão do partido *Movimiento al Socialismo* (MAS) à institucionalidade estatal.

A abordagem sobre o discurso, neste trabalho, tem como fundamento teórico a Análise do Discurso (AD), de Michel Pêcheux (1988). São analisadas manifestações públicas do vice-presidente Álvaro García Linera, entre 2006 e 2010, na cena política boliviana. Busca-se examinar, por meio do discurso, como se constituem os imaginários sobre a reforma do Estado.

Este artigo é constituído por três secções, além de uma introdução e uma conclusão. Na primeira secção, realiza uma breve contextualização sobre a conjuntura boliviana. Em seguida, o artigo apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos para a análise do discurso político. Por fim, realiza a análise do discurso e identifica-se como se constitui o imaginário na cena política boliviana entre 2006 e 2010.

³ Compreende-se o conceito de ideologia dominante a partir de, pelo menos, duas dimensões de análise. Uma primeira que compreenda seus pressupostos estruturais (efeitos de isolamento e unidade), e outra que identifique e analise suas práticas concretas (o discurso político, as práticas jurídicas, as relações de trabalho etc.) numa formação social determinada.

2 A reforma do Estado e a recomposição do poder na cena política boliviana (2006-2010)

A transformação do Estado, conforme entendida neste artigo, corresponde a um tipo de reforma da sua estrutura político-jurídica, e constitui um processo de transformação e reorganização do poder político, econômico e ideológico numa formação social determinada. Faz-se preciso esclarecer que essa transformação, ainda que denominada de reforma, não modifica o modo de produção e o caráter de classe do Estado capitalista, entretanto, pode alterar significativamente a luta política e as relações ideológicas ao nível da cena política⁴.

No âmbito da reforma em questão do Estado boliviano, identifica-se como modificação fundamental na forma de expressão do Estado na cena política: i) a ascensão de setores das classes subalternas à institucionalidade estatal⁵; ii) uma mudança no regime político, de uma democracia republicana e representativa a uma democracia plurinacional semi-representativa; e, especialmente para o objetivo deste artigo, iii) a modificação na ideologia jurídico-política do Estado - que implicou na mitigação do princípio constitucional da igualdade formal e que, portanto, modificou o imaginário acerca da função e organização da institucionalidade estatal.

Ainda que o processo de transformação do poder na Bolívia não constitua um tipo de ruptura com o modelo de Estado capitalista⁶, mas sim uma variação acerca da correlação de forças, do regime político e da institucionalidade do Estado, identificamos um momento de crise ou situação revolucionária que precedeu a reforma. Vale lembrar, nesse sentido, que concordamos com Poulantzas, que, ao tratar dessa possibilidade, observa que

não são apenas as transições do capitalismo para o socialismo que correspondem às crises políticas das *situações revolucionárias*. As **modificações das relações de força, que não atingem**, entretanto, **essa transformação, geralmente vêm acompanhadas de crises políticas que dão lugar**, às vezes, a **modificações substanciais do Estado burguês**. (POULANTZAS, 1975, p. 106, negrito e tradução nossa).

As características apontadas nesse processo de mudança social derivam, portanto, em grande parte, de um momento anterior de situação revolucionária, que estabeleceu condições de possibilidade, tanto para uma reforma institucional como para uma transformação nas relações de poder no país.

Para García Linera (2010a, 2010b, 2011), a reforma do Estado na formação social boliviana é retratada no espectro de um ciclo revolucionário, que caracteriza todo o processo político do país entre 2000 e 2010. O período que analisamos o discurso político (2006-2010),

⁴ Compreende-se a cena política, conforme (MARX, 2011), como um espaço de representação, de luta entre organizações políticas e partidos, que se distinguem não por uma “questão de princípio” ou pela doutrina política que defendem, mas fundamentalmente pelas diferentes condições materiais de vida das classes e frações de classe que representam. Já para Poulantzas (2019), a cena política representa uma divisão específica no nível político (Estado), constituída pela organização da representação das classes por partidos políticos, que reflete as suas contradições internas na luta política

⁵ Os estudos sobre a conjuntura apontam também sobre a formação de classes, para as seguintes hipóteses: i) havia uma nova burocracia estatal articulada junto a um bloco de poder popular (GARCÍA LINERA, 2010b); ii) havia uma nova burguesia de Estado (ROJAS, 2015); iii) havia um novo bloco histórico (TAPIA, 2007; CUNHA FILHO, 2018; SANTAELLA, 2016); iv) havia a formação de um novo bloco político (TAPIA, 2009).

⁶ Também, nesse sentido, ver Gil (2008), Pannain (2018), Fuser (2016) e Santaella (2016).

se enquadra nos principais momentos desta periodização de García Linera, conforme veremos em seguida.

A periodização do ciclo revolucionário se iniciava, conforme o autor, com o “desvelamento da crise do Estado” (2000-2003), iniciada pela “crise da água”, em 2000, quando os pilares da dominação estatal (institucionalidade, ideias-força de legitimação e correlação de forças entre governantes e governados) começaram a desmoronar de forma irreversível. Seguida dessa primeira fase, viria outra, chamada de “empate catastrófico”, de 2003 a 2008, e caracterizada pela constituição de um bloco social com capacidade de mobilização territorial e com vontade de poder, ou seja, com a intenção de disputar o controle e a direção da sociedade. O “empate catastrófico” se dá quando a situação de crise (econômica, política e ideológica) resulta na equivalência de forças entre o bloco de poder tradicional, ainda com o poder de Estado, e o bloco social-popular, força insurgente com capacidade de paralização dos processos de produção e reprodução capitalista.

A este ponto, vale destacarmos que o bloco nacional-popular apresentava um projeto de sociedade, e com isso também se colocava na cena política a disputa pelo discurso com pretensão hegemônica. A análise que faz o autor do processo boliviano, resgata frequentemente o valor do simbólico, a disputa de representação da realidade material através das diversas formas de apresentação desse projeto revolucionário. O autor traz essa noção através da expressão “ideias-força”, por exemplo, quando retrata a fase de “desvelamento da crise”.

Sobreposta a essa segunda fase, há ainda uma terceira, iniciada em 2006, denominada “capacidade de mobilização convertida em presença governamental”, que corresponde à eleição de Evo Morales e a ascensão do MAS ao governo. Não apenas isso, mas principalmente, compreende um momento de inversão da ordem simbólica colonial do país, onde a figura do indígena, do subalterno, passou a ser representada na institucionalidade do Estado. Nas palavras do autor,

Esta insurrección del orden simbólico de la sociedad que trajo la pérdida del gobierno, más no aún del poder por parte de las clases dominantes, constituyó la tercera fase del proceso revolucionario que se inició el 22 de enero del 2006 y que sacaría a luz, precisamente, la contradicción antagónica entre gobierno controlado por las clases populares y poder de Estado aún en manos de las clases pudientes y sus aliados extranjeros. (GARCÍA LINERA, 2011, p. 17)

Já na quarta fase, conhecida como “O ponto de bifurcação”, García Linera nos apresenta a fase decisiva ou, como ele também denomina, “o momento jacobino da revolução”. Esse quarto momento revolucionário foi marcado pela modificação da Constituição pelo Congresso (reforma pactuada) e, principalmente, pela vitória militar sobre a tentativa separatista da “Meia-Lua”⁷. Nessa fase, as contradições do processo se materializaram em força militar estatal, como “última instância” para resolução do conflito:

Fruto de esa lucha desnuda de fuerzas, o bien el poder era retomado por las antiguas clases dominantes, o bien asumido por el nuevo bloque de poder emergente. No había puntos intermedios ni posibilidad de mayor dualidad de

⁷ A região denominada Meia-Lua abarca os departamentos de Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija, no leste do país. A partir de 2005 formou-se na região uma forte corrente separatista, com base nos setores sociais dos centros urbanos e na população de pele mais branca, proprietários de terras da região leste.

poderes; era el momento de la consagración de la unicidad del poder. Por eso, punto de bifurcación. (GARCÍA LINERA, 2011, p. 22)

O ponto de bifurcação se encerrou com consolidação do bloco nacional popular, em 2009, com a eleição de Evo Morales e do próprio García Linera, para presidente e vice, respectivamente. Já a quinta e última fase do processo revolucionário apontada por García Linera, é aquela em que o bloco popular já estava consolidado depois da vitória militar e o desbarate da tentativa golpista, mas se encontrava em seu núcleo com o que o vice-presidente chamou de “contradições criativas”⁸. Significava que, naquele momento, após 2009, os antagonismos diziam respeito não mais a que projeto de sociedade implementar, mas a como esse projeto seria desenvolvido.

Essa síntese da análise de García Linera nos traz um enfoque no processo político e suas fases em relação a dois blocos sociais, mas reforça também o fato de que é um processo político que apresenta aspectos simbólicos que modificam as “ideias-força” de uma época⁹. É uma análise relevante, pois, em grande parte, constitui também parte do discurso político do vice-presidente, ainda que seja uma obra direcionada ao meio acadêmico, com linguagem mais formal.

Esses momentos se apresentam, ao nível de análise das práticas ideológicas, como narrativas no discurso político. Essas narrativas são analisadas, neste artigo, a partir da cena política, conforme caracterização a seguir.

2.1 A composição do MAS e a nova cena política

A cena política se caracteriza por ser um espaço de dissimulação dos interesses de classe que aparecem como nacionais através do sistema de partidos e do discurso universalizante. É o espaço em que se dá a disputa pelos sentidos e pela representação simbólica dos interesses da classe ou fração com pretensão hegemônica e, por isso, a cena política expressa a forma aparente da luta de classes em determinada conjuntura¹⁰.

A cena política usualmente é definida como um espaço em que ocorre a disputa pela representação dos sentidos, no qual a classe dominante é a classe que busca resignificar seus interesses privados em interesses coletivos, seja por meio do discurso político ou por outras

⁸ Sobre o conteúdo dessas contradições, o próprio ex-presidente nos oferece subsídios para uma interpretação mais profundada em sua obra “*La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*”, publicada em 2009. Nela, entre outras questões, García Linera aborda os principais projetos e aspirações políticas das forças sociais que deram fundamento ideológico e material para a ascensão popular que se concretizou no Estado Plurinacional.

⁹ Além desse enfoque, que busca uma periodização do processo político (GARCÍA LINERA, 2010a, 2010b, 2011), outros também nos fornecem subsídios importantes para compormos o plano de fundo de nossa análise. Há os que enfatizam aspectos constitucionais dessa reforma (GARCÉS, 2010, GARCÉS *et al.*, 2010; PASTOR & DALMAU, 2010); os que destacam aspectos de crise do Estado e das formas hegemônicas em retrospectiva histórica (TAPIA, 2009, 2014); aqueles que dão ênfase à construção de blocos históricos ou à análise da materialidade do bloco no poder (TAPIA, 2007; CUNHA FILHO, 2011; GIL, 2008; PANNAIN, 2018; SANTAELLA, 2016), entre outros.

¹⁰ A conjuntura política, conforme compreendemos, é onde se condensam as contradições dos diferentes níveis (econômico, ideológico e político) da formação social. O estudo da cena política a partir da dimensão ideológica representa, nesse sentido, a análise dos efeitos do nível ideológico sobre um nível específico do político.

práticas. No caso boliviano, entretanto, o cenário político a nível nacional (2005-2010) é tomado por setores das classes subalternas articulados via partido, e não mais pelos partidos representantes da antiga classe dominante - que havia sido deslocada do poder nacional em 2005 para as regiões da Meia-Lua e seus governos departamentais. Essa característica modifica a cena política nacional, onde se constituiu um novo discurso unificador, que busca englobar toda a diversidade classista, étnica, e civilizacional que compunham os setores ativos no partido MAS, naquele momento. No caso boliviano, as relações na cena política resultaram em uma forma de regime democrático capitalista (plurinacional) e em um partido dominante de novo tipo, criado desde o campo subalterno e com origem camponesa.

O partido *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político pela Soberanía de los Pueblos* (MAS-IPSP) foi fundado a partir do I Congresso sobre Terra, Território e Instrumento Político, em 1995, sob o nome de Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP) para viabilizar a articulação entre sindicatos, camponeses, operários, e organizações indígenas com o objetivo de integrar pautas comuns desses setores do sistema democrático-representativo. Estavam presentes naquele congresso de fundação as seguintes organizações: Camponeses da Bolívia (CSUTCB), a Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), a Federação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia “Bertolina Sisa” (FNMCB-“BS”), a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e parte da Central Operária Boliviana (COB).

Dessa forma, o Partido se caracterizou por ser uma confederação flexível e negociada de movimentos sociais (indígenas, campesinos e urbanos) que se uniram eleitoralmente para disputar a institucionalidade do Estado. Para Bonetto e Irusta (2016, p. 09),

[...] el MAS no representa a la antigua izquierda criolla partidista y con sindicatos de raíz marxista del pasado, sino a un conjunto de movimientos sociales y sindicatos con ritmos, culturas políticas y objetivos no siempre fáciles de articular, con fronteras ideológicas amplias, que vinculan referencias nacionalistas revolucionarias con implicancias ant imperialistas y con un componente étnico-cultural, previamente ausente em la izquierda clásica.

O partido se formou assim como uma organização de origem campesina com um projeto nacional, articulado com setores antes excluídos da cena política. Para Do Alto (2008), o MAS é um movimento político “bifronte”, pois, por um lado, tem suas bases na sociedade civil e, por outro, foi capaz de se desenvolver na arena do “sistema de partidos”. Essa especificidade faz com o partido seja um “instrumento político” que transpassa os limites da cena política tradicional:

lo que le da fuerza y perspectiva al MAS es el hecho de que es un sujeto político polimórfico, podríamos decir, que tiene la posibilidad de moverse en otros espacios de la vida política que no sean los del sistema de partidos. [...] Esta condición le permite vincularse y establecer una serie bastante amplia de alianzas con otras formas de organización de los trabajadores a lo largo del país. (TAPIA, 2007, p. 118).

Essa mobilidade política permitiu também uma estratégia do partido voltada a setores mais amplos, de origem pluriclassistas. Isso ocorreu, sobretudo, ao nível discursivo e ideológico partidário, na medida em que o partido incorporou o nacionalismo popular típico da esquerda boliviana - apelando à representação do “povo” - à questão identitária dos povos originários (SILVA, 2011). Essa fusão entre setores populares e frações diversas da sociedade se acentuou

nas eleições de 2005, quando o MAS finalmente buscou alianças com os partidos da esquerda tradicional, a classe média, os movimentos urbanos e setores da intelectualidade boliviana (REIS, 2013) - que teve como um dos principais representantes o vice-presidente Álvaro García Linera.

A composição do partido masista durante o primeiro mandato de Evo Morales pode ser definida, de forma esquemática, a partir da divisão entre dois grupos: um primeiro grupo, majoritariamente de camponeses aimará (das localidades de La Paz, Oruro, Potosí) que se somam aos cocaleiros (aimarás e quíchuas) da região de Chapare; e um segundo grupo, composto predominantemente por frações pequeno-burguesas de origem indígena, mestiça ou branca. Este segundo grupo, em parte intelectuais nacionalistas e indianistas, tomaram maior parte do aparato do Estado e do Executivo (GIL, 2008; FORNILLO & SCHIAVI, 2013). A disputa interna do partido masista pode ser melhor entendida se compreendermos que, apesar de sua formação partir de setores populares, o partido sempre buscou alcançar setores mais amplos do país. Essa mescla de características de trajetória social, traços étnicos culturais e a origem de classe na composição do partido pode nos ajudar a entender as tensões que se projetaram no discurso e são verificadas na variação discursiva na cena política.

Na perspectiva de Silva (2013), entre 2002 e 2005, o MAS abandonou o discurso “antimoderno” e defensor de um “sistema comunitário”, e assumiu um tom modernizador e não explicitamente anticapitalista, projetando um Estado plurinacional e democratizado, a nacionalização dos hidrocarbonetos, o investimento em infraestrutura com apoio ao empresariado nacional e a adoção de programas sociais. De forma geral, após 2005, o discurso do partido passou a ser um discurso de cunho indigenista moderado e de contestação ao neoliberalismo. Esses e outros níveis discursivos serão verificados no que chamamos de um *discurso plurinacional*, articulado na cena política.

A nova cena política, em síntese, no contexto do projeto de reforma do Estado se apresentava como um campo de disputa, primeiramente, entre os setores subalternos que compunham as forças *masistas* e, também, através da luta política com a antiga classe dominante no âmbito departamental e da constituinte. A partir do exposto, apresentamos, na seção a seguir, as bases teórico-metodológicas para o desenvolvimento da análise das narrativas do discurso político.

3 Considerações teórico-metodológicas sobre a análise do discurso político

A abordagem sobre o discurso, neste artigo, tem como fundamento teórico a Análise do Discurso (AD), de Michel Pêcheux. A AD pecheutiana segue o entendimento de Althusser acerca da ideologia e utiliza os conceitos de imaginário¹¹ e da interpelação, o que permite compreendermos a ideologia como prática social e, por sua vez, o discurso político como uma prática ideológica (ALTHUSSER, 1982; PÊCHEUX, 2011; 1997). Esses fatores nos possibilitam acessar a os efeitos dos sentidos produzidos pelas relações ideológicas entre os

¹¹ Vale ressaltar que a expressão “imaginário”, quando utilizada por Althusser e Pêcheux, não significa “irreal”, mas “próprio de uma imagem”. Conforme Eagleton (2019), a alusão é ao ensaio de Jacques Lacan “O estádio do espelho como formativo da função do eu”. Sobre essa referência, Eagleton acrescenta que na “esfera ideológica, [...] o sujeito humano transcende seu verdadeiro estado de difusão ou descentramento e encontra uma imagem de si mesmo, consoladoramente coerente, refletida no “espelho” de um discurso ideológico dominante” (2019, p. 119).

sujeitos no discurso e, sendo assim, dá acesso aos elementos que compõe a narrativa na conjuntura estudada, a partir de uma abordagem materialista histórica.

Compreendida como teoria e método, a AD não é passível de apropriação de uma área de conhecimento para outra, mas deve ser compatibilizada com o novo campo de conhecimento a que se destina (PÊCHEUX, 1997). Nesse sentido, o exame do discurso que faremos a seguir busca atender ao objetivo específico do campo da teoria política¹², razão pela qual os conceitos relacionados à linguística e à psicanálise não serão aprofundados em cada área de conhecimento específica, mas serão mediados pelo próprio registro teórico da AD. Isso porque a Análise do Discurso se fundamenta em um quadro epistemológico próprio, onde se articulam três regiões do conhecimento científico, conforme proposta elaborada por Pêcheux e Fuchs (2014), a saber:

- i) O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- ii) A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- iii) A teoria do discurso, com teoria de determinação histórica dos processos semânticos.

Além disso, complementam o autor e a autora, essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). Através da AD, cada uma dessas regiões estabelece uma articulação complexa, com adesões e retificações de conceitos mútuas que nos permitem examinarmos o discurso como uma materialidade da ideologia a partir de uma perspectiva materialista histórica. Segundo Orlandi (2015), esses três domínios, atravessados pela teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, trabalham em conjunto com a AD. A autora explica:

a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa observar pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo questionando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo de como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2015, p. 18)

Da formulação dessas três áreas, trabalhamos com ênfase na relação entre a prática discursiva e o sujeito. Essa relação se explica através da articulação daquelas três regiões, mas a partir da ênfase na relação entre o materialismo (ideologia) e a psicanálise (inconsciente) na produção de sentidos.

¹² Vale lembrar, no presente estudo este objetivo específico se refere à compreensão da narrativa acerca do processo de reforma política naquela conjuntura boliviana, os imaginários sobre o Estado, a luta política e o processo de mudança.

Dessa forma, a principal contribuição de Pêcheux para nossa abordagem é a compreensão de que a ideologia e o discurso compõem relações sociais contraditórias e inconscientes. O discurso, portanto, se constitui como um efeito ideológico que o próprio sujeito desconhece e que, portanto, não possui domínio. Sendo assim, no exame do discurso político, o que nos importa é a posição que o sujeito assume naquela prática discursiva. É a partir da análise do discurso que retiramos as categorias para interpretação, tanto do enunciado como do sujeito inscrito ali. Ou seja, o sujeito não é considerado um sujeito empírico, mas um “sujeito-posição”. Isso ocorre porque a ideologia o interpela e o constitui como sujeito e, assim, produz a evidência constitutiva do sujeito (PÊCHEUX, 1988). O sujeito assume um lugar no discurso que só é identificável pela análise do efeito do sentido, ou seja, pela forma a qual foi interpelado por diferentes formações ideológicas.

4 O discurso político na conjuntura boliviana (2006-2009)

Para a análise do discurso político procedemos com “recortes discursivos”, que, por sua vez, contêm “sequências discursivas”, que correspondem a falas do vice-presidente Álvaro García Linera. Esses recortes serão identificados, doravante, pela abreviação RDG (Recorte Discursivo García Linera). O discurso político do vice-presidente constitui materialmente “discursos de Estado”, e, especificamente, a narrativa do executivo plurinacional, órgão de extrema importância na condução do processo de transformação estatal na Bolívia. Além disso, García Linera, ex-integrante do Grupo Comuna¹³ é percebido pela população como um dos principais representantes do movimento masista^{14/15}.

O material analisado parte dos discursos de Linera, sem prejuízo de utilizarmos outras manifestações na cena política dentro do período de maior duração da conjuntura reformista. Para os objetivos deste artigo, entretanto, trabalhamos com um recorte temporal reduzido, que corresponde ao período do primeiro mandato de Evo Morales e García Linera e de meados do processo constituinte (2006-2010), e que faz parte uma conjuntura mais ampla, que corresponde, como já expressei, à ascensão do MAS.

Nossa fonte de dados, desde o início da pesquisa, fora, os sites oficiais do Ministério de Comunicações e da Vice-presidência da Bolívia. Esses sites continham uma grande quantidade de dados gerais sobre o país, sobre o governo, e sobre o presidente e o vice-presidente. Os discursos aqui examinados, além de uma grande quantidade de livros, entrevistas e demais manifestações do Executivo constavam nessas plataformas online. Em razão desse grande banco de dados, disponibilizado pelo governo, seguimos com as análises dos discursos sistematizados nos referidos sites, até outubro de 2019. Após essa data, com a decorrente deposição civil-militar do presidente Evo Morales ocorrida em novembro de 2019, esses sites foram retirados do ar por volta de um mês. No início de 2020, os sites voltaram a funcionar sem constar, entretanto, todo o material com o qual trabalhávamos, sem, entretanto, a nossa pesquisa ter

¹³ O grupo Comuna (1999-2010) foi um coletivo pelo qual se reuniam militantes e intelectuais para discutir política e conjuntura boliviana. O grupo publicou diversos livros sobre o período, além de publicações individuais de cada um de seus membros. O núcleo de organização do grupo, no seu começo, era composto por Álvaro García, Raquel Gutierrez, Luis Tapia e Raúl Prada. Para aprofundamento sobre o grupo comuna, o debate teórico presente nas publicações do grupo, e a sua influência no *proceso de cambio* boliviano, ver Santaella (2016).

¹⁴ Com essa expressão, indicamos o movimento de ascensão do partido MAS, representado pela figura de Evo Morales, que se iniciou em 2005, com sua vitória eleitoral, e abrangeu o período de reforma do Estado.

¹⁵ Ver Espinoza Molina (2015).

sido prejudicado em função de termos conseguido baixar grande parte do material antes da mencionada deposição do presidente Morales. É em virtude do relatado que os endereços eletrônicos indicados como fonte neste trabalho não direcionam mais aos sites oficiais onde originalmente os discursos haviam sido publicados.

5 Os imaginários sobre *o proceso de cambio*

Trataremos, neste ponto, dos imaginários mobilizados sobre o *proceso de cambio* presentes no discurso. Examinamos os discursos de Álvaro García Linera, considerado um dos mais influentes “intérpretes” desse processo. Em 2008, García Linera discursou para a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores da Bolívia (CSUTB) sobre o processo de reforma do Estado e da Constituição. Nesse discurso, o vice-presidente se dirige às lideranças que formaram o núcleo principal das mobilizações sociais para a ascensão do projeto popular e descreve as dificuldades e as vitórias do processo que durava desde agosto de 2007. No ano seguinte, seria votada, por referendo, a nova Constituição Política do Estado.

5.1 A vanguarda indígena e a Constituição política do Estado

Neste tópico, destacamos a interpelação realizada às classes subalternas como “vanguarda” do processo de mudança política.

SDG1: Pero luego ¿quién ha creado un nuevo Estado? pues le costó al **movimiento campesino indígena, como líder, apoyado por los obreros, los vecinos y las clases medias, construir el diseño de un nuevo Estado.** Así, cuando la CSUTCB, los colonizadores, el sector indígena se plantea como tarea una nueva Constitución, asumieron el liderazgo nacional de un nuevo Estado democrático, de esta manera colocan al **movimiento campesino como vanguardia política de la sociedad**, hasta entonces eran los obreros o los mineros, desde el momento en que el movimiento indígena campesino popular asume la bandera de recuperar los recursos naturales, de nacionalizar y de tener un nuevo texto constitucional, se **constituye en vanguardia política de todo el movimiento popular, no solamente ya campesino, no solamente indígena, sino popular de todo el país** (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG2: La Constitución es, si ustedes quieren, el diseño de cómo se construirá el edificio donde vamos a vivir los bolivianos. Si los bolivianos fuéramos todos los que estamos aquí y tuviéramos que vivir en este edificio, **la CPE es como el diseño arquitectónico de cómo construir y distribuir nuestra construcción.** La Constitución distribuye los derechos, la riqueza, las obligaciones de un país, quiénes tienen ciertos derechos y quiénes otros, quiénes tienen riquezas, quiénes tienen ciertas oportunidades y quiénes otras, todo eso está definido en un texto constitucional (GARCÍA LINERA, 2008).

Na SDG1, García Linera destaca que a criação do novo Estado é uma criação dos movimentos indígenas, os quais lideraram os demais movimentos populares, incluindo as

classes médias. A parcela do bloco indígena é posta como a “*vanguardia política de la sociedad*”, a “*vanguardia política de todo el movimiento popular*”. Nesse enunciado, os sujeitos indígenas são interpelados de modo que, simbolicamente, representem toda a sociedade.

Na SDG2, ele faz uma analogia entre a Constituição e um “desenho do edifício” em que os bolivianos iriam viver. Esse “edifício” é o Estado e a Constituição é a “planta arquitetônica” que determina as normas e regras de distribuição de direitos e deveres que correspondem à propriedade e as condições de produção. Ou seja, para nós, aqui fica claro uma ideia do Estado como uma estrutura jurídico-política. Esse ponto é um primeiro elemento do imaginário acerca do Estado que surge nos discursos de García Linera.

5.2 A narrativa sobre o proceso de cambio: a conspiração da Meia-Lua e a redenção popular

Nas sequências discursivas abaixo, García Linera fala sobre a assembleia constituinte e a luta para a aprovação do texto preliminar da Constituição do Estado Plurinacional.

SDG3: este nuevo texto iba a **quitar los privilegios de pocos** para que todos tengamos igualdad de condiciones y de derechos, sabían que la nueva CPE iba a **quitar el control del poder político** de **unas cuantas familias** para **distribuirlo entre todos**. Desde el primer día de su pronunciamiento, **comenzaron a conspirar** contra la Asamblea Constituyente (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG4: ¿Las cosas cuando van a cambiar?, nos preguntábamos con el compañero ejecutivo de la CSUTCB, Isaac Ávalos, por qué no se las pudo cambiar ya en 2006 o en 2007 o en febrero, mayo o junio de 2008, y por qué sí se pudo en octubre. Bueno, esto se puede explicar por tres aspectos fundamentales: el primero es la victoria apabullante, histórica y nunca antes vista del Presidente Evo Morales en el referéndum revocatorio, la votación del Presidente pasó del 54 por ciento en las elecciones de 2005, al 67 por ciento en el referéndum revocatorio. **Los dirigentes de la media luna, los sectores cívicos y algunos prefectos no esperaban esto** (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG5: El proyecto indígena popular obrero campesino del MÁS ya no es un proyecto de la mitad del país, sino de más de los dos tercios de los bolivianos, un proyecto que es de occidente, de oriente, del valle, del trópico, de la Amazonia, del norte y del sur; se ha convertido en un proyecto nacional. A partir de agosto de este año, ya **no hay “dos Bolivias”, sino una sola y pequeños núcleos marginales de la derecha conservadora y fascista** (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG6: Las dos agendas que estaban separadas y confrontadas: la nueva Constitución y el proceso de cambio frente a la autonomía, están ahora juntas en el nuevo texto constitucional. Ahora **hay un solo tren que es el proceso de cambio, con un solo maquinista: el Presidente Evo Morales (...)** (GARCÍA LINERA, 2008).

Na SDG3, García Linera se refere a nova Constituição como um marco histórico, um divisor temporal que traria justiça social ao distribuir o poder entre “todos”. Aqui se complementam: “*unas cuantas familias*”, “*los privilegios de pocos*”, “*el control del poder político*” e “*comenzaron a conspirar*” para referir-se aos adversários, aqui indeterminados. Esses adversários só são nomeados diretamente na SDG4, para apontar as seguidas derrotas da oposição da região da Meia-Lua nos processos eleitorais ocorrido durante a Assembleia. Esses momentos de conspiração marcaram todo o processo constituinte, e tornaram o processo boliviano o mais longo dos seus semelhantes (Venezuela e Equador).

Consolidada a vitória sobre a antiga burguesia da Meia-Lua, o processo foi enunciado por García Linera como a vitória que levaria o bloco político popular à hegemonia. Na SDG5, o trecho “*no hay ‘dos Bolivias’, sino una sola y pequeños núcleos marginales de la derecha conservadora y fascista*” remete a um discurso anterior, ausente de forma explícita, que diz respeito à leitura de que haveria uma polarização política no país, duas propostas de país em disputa, mesmo com a vitória eleitoral de Evo Morales.

Esse imaginário de que a oposição ao governo não teria apoio popular nem projeto de país é reforçado na cena política com frequência. Em 2014, em entrevista, García Linera explica o campo político boliviano através do conceito de “gravidade forte”, e reforça a ideia da hegemonia masista. O vice-presidente descreve o conceito aplicado à política a partir do problema de que não seria possível descrever o campo político boliviano pela simples divisão entre polos políticos à esquerda e à direita, com projetos em disputa, mas, naquele momento, não haveria “projetos” em disputa:

¿qué sucede cuando no se tienen dos propuestas políticas polarizadas, sino una sola, mientras que las otras giran como satélites, más a la izquierda o más a la derecha, del centro unipolar? [...] En política, podemos aplicar el concepto de efecto de gravedad fuerte que da la curvatura al espacio político, es decir, el efecto de una propuesta política lo suficientemente fuerte y hegemónica que anula —temporalmente— otras alternativas políticas discursivas convirtiéndolas en variantes satelitales, más a la izquierda o más a la derecha del vórtice gravitacional. En este caso, lo que surgió en 2000, inicialmente, como una alternativa de izquierda opuesta a una de derecha, al anular plenamente a esta última, hizo que el campo político se convirtiera de bipolar en unipolar; y, entonces, la propuesta de la izquierda, por el efecto de la fuerza de gravedad política, devino en “centro”. (GARCÍA LINERA, 2014, p. 5)

A ênfase à derrota do intento golpista de 2008 da burguesia da Meia-Lua é frequente na narrativa de García Linera sobre o processo de reforma. Esse evento é abordado também, além de seus discursos e entrevistas, em sua obra, especialmente quando trata da periodização do *proceso de cambio*, no que chamou de “ponto de bifurcação”¹⁶. Também na SDG6, essa ideia é reforçada no trecho “*hay un solo tren que es el proceso de cambio, con un solo maquinista: el Presidente Evo Morales [...]*”.

¹⁶ O ponto de bifurcação, como já expressei, corresponde a descrição de García Linera sobre o momento decisivo da reforma pactuada da Constituição e, principalmente, pela vitória militar do bloco popular sobre a tentativa separatista da Meia-Lua (GARCÍA LINERA, 2011).

5.3 O Estado Plurinacional: nação indígena e nação estatal

Nas sequências discursivas seguintes, o vice-presidente segue a narrativa do processo de reforma para um de seus principais núcleos de apoio, a CSUTB. Neste recorte discursivo, García Linera¹⁷ trata do que é o Estado Plurinacional.

SDG7: Estado plurinacional quiere decir también que, **si mi hermano** quiere **candidatear como** autoridad pública, **puede ser Presidente**, Vicepresidente, prefecto, alcalde, diputado, senador, ministro, viceministro, **si quiere ser funcionario del Estado**, no solamente tiene que hablar castellano sino que **tiene que saber hablar un idioma indígena** porque el funcionario público cuando se vincule y se relacione lo hará también con bolivianos que hablan idiomas originarios y no castellano. Jueces, fiscales, magistrados, ministros, **todo el mundo tiene que aprender un idioma indígena**. Claro, no será de la noche a la mañana, tendrá que ser gradual pero después obligatorio (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG8: **Lo comunitario** que siempre **se ha visto** como algo secundario, que no sirve, que solamente es de campesinos, **ahora es parte de las instituciones del Estado**, forma parte del reconocimiento de los derechos que tienen los bolivianos para tomar decisiones em cualquier ámbito (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG9: La nueva CPE es **la vacuna contra el neoliberalismo**, contra la privatización, contra el saqueo de los recursos naturales, quién lidera ahora ese control, esa propiedad, es el Estado boliviano, luego están la iniciativa privada mediana, la iniciativa privada pequeña, el sector campesino, el artesanal, las comunidades, **todos en igualdad de condiciones**, como hermanos iguales, no como hermano mayor y hermano menor (GARCÍA LINERA, 2008).

Na SDG7, há destaque para um dos aspectos do que significa o Estado Plurinacional. García Linera destaca justamente o burocratismo como uma das vantagens desse novo Estado. Os trechos “*si mi hermano quiere candidatear*”, “*puede ser Presidente*” fazem menção ao seu oposto, ou seja, resgatam um sentido presente em outra formação discursiva. Se há a necessidade de

¹⁷ Vale destacar que o pensamento político de Álvaro García Linera é fortemente influenciado pelas obras de Marx, com um delineamento teórico gramsciano e althusseriano. Sua posição política e pensamento teórico-prático se constrói, para pensar Bolívia, a partir do estudo dos textos (e indicações fragmentárias) de Marx com respeito à América latina, à Índia, à China, por meio de cadernos específicos sobre a propriedade Comunal, etc. Nas suas reflexões sobre a conjuntura boliviana, estas influências aparecem como base intelectual, em conjunto com uma crítica ao marxismo presente na esquerda boliviana da época, que priorizava as questões relativas às classes sociais e o desenvolvimento econômico em detrimento da questão indígena e nacional. Neste aspecto, a trajetória de García Linera segue a mesma linha previamente tentada pelo comunista peruano José Carlos Mariátegui (STEFANONI, 2009), que também teve de enfrentar as resistências de uma corrente teórico e política marxista bastante refratária à discussão de transformações na sociedade à luz das categorias étnicas plurais. Sendo assim, García Linera passou a direcionar a sua crítica a uma “esquerda que não via índios, mas somente proletariado, classe média e camponeses” (RAMÍREZ et.al., 2009, p.13). Sobre o conflito entre estas duas vertentes teóricas na política boliviana, ver também García Linera (2007).

dizê-lo dessa forma, é porque antes um indígena não podia se candidatar para um cargo público. Ainda, nos segmentos “*si quiere ser funcionario del Estado*”, “*tiene que saber hablar un idioma indígena*”, “*todo el mundo tiene que aprender un idioma indígena*” há também um marco, de algo que se modificou com a vigência do novo Estado. Esses trechos demarcam um condicional para os novos funcionários do Estado: falar um idioma indígena.

Se, em um primeiro momento, o enunciado interpela aos indígenas (“*mi hermano*”) em um sentido positivo (agora podem ingressar no Estado), o segundo segmento é dirigido a um grupo indeterminado (“*si quiere*”, “*tiene*”), que passa a ter que se ajustar às novas determinações para atender o público indígena em uma língua originária. Aqui o burocratismo, característica, em termos de Poulantzas, da ideologia jurídico-política do Estado capitalista é ressignificada. Essa sequência discursiva destaca que o burocratismo no novo Estado terá seus efeitos mitigados, já que, a partir do Estado Plurinacional, todos terão de fato acesso aos cargos e serviços públicos.

Ainda sobre a integração das camadas indígenas às novas instituições, a SDG8 faz referência à cultura comunitária e resgata também memórias discursivas que tratam de ditos discriminatórios sobre a cultura indígena: “*se há visto*”, “*que no sirve, que solamente es de campesinos*”, referem a sujeitos indeterminados e a ideias presentes no imaginário popular. Exemplos disso são as seguintes sequências: “o comunitário não se aplica a organização da sociedade”, “o comunitário só serve para campesinos”, “o comunitário é inferior”, “os campesinos são inferiores”. O trecho “*ahora es parte*” indica um marco discursivo entre o passado e o presente, algo que agora está superado, que indica um horizonte de maiores conquistas para os indígenas.

No SDG9, García Linera equipara o neoliberalismo a uma doença, que será superada com a “vacina”, que é a nova CPE. Em oposição à ideia neoliberal, afirma que a propriedade dos recursos naturais agora é do Estado. Esse mesmo, no formato plurinacional, é quem garante a igualdade entre práticas dos modos de produção comunitário e capitalista. Assim, “*todos en igualdad de condiciones*” significa a inclusão dessas práticas pré-capitalistas na ideologia do novo Estado.

A incorporação de diferentes práticas (econômicas, simbólicas, jurídicas etc.) é o que garante que a ideologia aluda, de fato, pelo menos em parte, “o mundo vivido” por todas as classes. No caso do discurso em tela, ficam claros esses aspectos e aqui, vale recordar, trata-se da inclusão de práticas comunitárias à economia capitalista, referentes não às classes fundamentais, mas a frações que decorrem do modo de produção comunitária, portanto, não assumem, sempre, um caráter de classe na formação social capitalista.

5.4 Qual é o “horizonte plurinacional”?

Neste subtópico, o recorte de sequências discursivas diz respeito ao imaginário acerca do Estado boliviano, não apenas como modelo plurinacional, mas entendido também como uma ideia que guia o processo de reforma do Estado.

O trecho abaixo é parte de um discurso proferido por García Linera em uma conferência na Universidade Complutense de Madri em abril de 2015, e aqui não será analisado como discurso político, mas como ideia que ilustra o processo de formação do imaginário acerca do Estado e relativo às sequências discursivas abaixo examinadas. Neste

trecho, García Linera fala da experiência boliviana e descreve a batalha de ideias no interior do *proceso de cambio*:

La cuarta enseñanza que sacamos de nuestra experiencia; la principal batalla es la batalla por las ideas, es la más difícil, es la más costosa y es, obligatoriamente, la batalla previa que hay que ganar para las victorias electorales, las victorias económicas y las victorias materiales. Nunca olviden que el Estado es mitad idea y mitad materia. Que la lucha política es la lucha por el sentido común de la sociedad, por los criterios comunes de la vida, de sentido común que tienen las personas y si no hemos modificado la estructura de razonamiento de las personas, no hay victoria posible, que los procesos revolucionarios se gestan previamente como reforma moral e intelectual. (LINERA, 2015, grifo nosso)

Nas sequências discursivas abaixo, examinamos alguns aspectos dessa luta pelo “senso comum” no processo boliviano. Especialmente, trata-se do recorte discursivo sobre o horizonte plurinacional: o plurinacional, o socialismo comunitário. No item anterior, examinamos sequências do discurso sobre o plurinacional, aqui, o recorte discursivo dá ênfase ao imaginário sobre o socialismo.

As sequências discursivas abaixo formam parte do discurso de García Linera em entrevista ao programa de televisão “*El Pueblo es Noticia*”, no canal *Red Patria Nueva*, de La Paz, em 2010, ano de posse do segundo mandato do MAS na Presidência do país. Esse material fazia parte do acervo virtual da vice-presidência no site do governo. O título do documento é “*El socialismo comunitario. Un aporte de Bolivia al mundo*”.

SDG10: Cuando hablamos del socialismo, hablamos de algo distinto, podemos **llamarle comunitarismo o buen vivir**, pero en el fondo estamos hablando de **algo distinto** a la **sociedad capitalista** que genera tanta pobreza, desigualdad, muerte y destrucción de la naturaleza (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG 11: Este **Estado integral**, que en Bolivia tiene la forma de Estado plurinacional, autonómico y comunitario de derecho, **es un periodo de transición, un puente** en el que vamos a ir trabajando y construyendo **nuestro socialismo comunitario**, fruto de lo que somos, de nuestras capacidades, virtudes y potencias contenidas en los barrios, comunidades, fábricas, asambleas y universidades (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG12: Hubo experiencias de comunismo en el contexto internacional, de hecho hay procesos y luchas que se van acercando contemporáneamente, pero un socialismo comunitario realizado aún no existe, lo que hay son procesos y luchas que nos acercan, **pero** el socialismo comunitario todavía **no existe**, es un porvenir, **un horizonte**. El socialismo comunitario es el aporte de la particularidad boliviana a la lucha de los pueblos del mundo por la igualdad, la justicia y equidad, que recoge lo que otros pueblos hicieron, el socialismo es una lucha que se remonta hace más de 300 años, desde que existe capitalismo hay la esperanza del socialismo como horizonte (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG13: El socialismo comunitario **no trata de que todos seamos iguales:** hay diversidades culturales, geográficas, siempre habrá diferenciación, lo que no puede suceder es lo que sucede ahora en el mundo, donde hay regiones prósperas, laboriosas y desechables (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG14: **Podemos** comenzar aquí, como comenzaron otros procesos en otras partes, en Cuba por ejemplo, pero será incompleto en tanto no se expanda, no se irradie, si no llega a todo el mundo es incompleto, incluso podríamos retroceder. **Si el capitalismo es global, el socialismo y el comunitarismo tienen también que ser globales, no pueden ir para atrás** (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG15: sociedad en clases sociales: **la burguesía, que son los que viven del trabajo de otros;** los hacendados, propietarios de extensiones de tierras que viven del trabajo de otros; **y las clases sociales trabajadoras,** obreros, campesinos, comunarios. Aclaremos que obrero no es sólo el que usa overol, un intelectual o un científico también pueden ser obreros, un albañil, un textilero, un abogado, un sociólogo **y clases medias,** pequeños empresarios, pequeños propietarios y comerciantes que viven de su propia actividad pueden ser también obreros. **No siempre ha habido estas clases sociales,** son un producto de la modernidad capitalista (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG16: Luchar y soñar por el socialismo **de manera realista** es la búsqueda del socialismo comunitario. El socialismo es una lucha por algo distinto al capitalismo, que supere todas sus taras, miserias y actitud destructiva. Y claro, al igual que el capitalismo es una economía, una sociedad, un estado, una cultura y valores, es toda una civilización, algo que supere al capitalismo tiene que ser una economía, una sociedad, un tipo de Estado y política y una cultura que supere al capitalismo, es decir, otra civilización (GARCÍA LINERA, 2010).

Ao apresentar a ideia central, na SDG 10 e SDG11, García Linera apresenta o comunismo e a forma de Estado a que corresponde o projeto. Define o socialismo de novo tipo como “*comunitarismo o buen vivir*” em oposição à “*sociedad capitalista*”, exemplo de um sistema desigual. Nessa oposição, o enunciado “algo distinto” assume um efeito pejorativo, direcionado ao capitalismo, e introduz a ressignificação desse sistema a partir de uma descrição negativa.

Na SDG11, a partir da palavra “*que*”, o conceito gramsciano de Estado integral¹⁸ é relacionado à forma do novo Estado boliviano. Após, são descritas as marcas específicas desse Estado, caracterizado aqui também como uma forma de relações temporárias, transitórias, direcionando o discurso a uma narrativa de longo prazo.

Essa narrativa é apresentada com frequência no discurso de Linera e representa, a nosso juízo, a construção de um imaginário de lutas históricas que envolve o processo de transformação social. Esse aspecto, dirigido às classes fundamentais, pode ter diferentes efeitos, mas entendemos que, para as classes subalternas, oferece certa coesão sobre o processo, dá a ideia de um horizonte a ser disputado, construído pela política.

¹⁸ Sobre o referido conceito, ver Bianchi (2008).

Nas SDG12 e SDG13, o discurso nos remete a outros enunciados “já ditos”. A SDG12 marca a diferença do processo boliviano em relação a outras experiências mundiais. Como marcas distintivas, temos as palavras “*pero*”, “*no existe*”, que reforçam que o que está sendo dito é diferente do que o imaginário popular e o histórico mundial já nos apresentaram. Ou seja, busca ressignificar a ideia de comunismo, a partir da particularidade boliviana.

Também notamos essa ressignificação na SDG13, em que ocorre pela negação de enunciados “já-ditos”, pertencentes a outras formações sociais. O segmento “*no trata de que todos seamos iguales*” se opõe à ideia de que “o socialismo quer que todos sejam iguais”. Aqui é interessante notar que, se, em uma formação discursiva democrática burguesa, o sentido de igualdade é interpretado de forma positiva, essa mesma palavra pode ter sentido pejorativo quando inserido em uma formação discursiva relativa ao comunismo, em um contexto liberal. Em outras palavras, a depender das formações ideológicas presentes na formação discursiva, a “igualdade” pode ter um efeito de sentido positivo ou negativo. Na formação social capitalista, há um interdito acerca do termo comunismo e, nesse sentido, existe a necessidade de demonstrar que o sentido não é evidente. Ou seja, a igualdade no contexto do comunismo não tem um sentido evidente, diferentemente do que ocorre com a mesma palavra quando inserida em um contexto capitalista, onde se pressupõe que igualdade signifique que todos possuem os mesmos direitos, as mesmas liberdades, e que todos os indivíduos são iguais perante a lei.

Na SDG14, a condicional “*si*” (se) estabelece uma oposição entre o socialismo, ou comunitarismo, e o capitalismo. A referência ao processo cubano é utilizada como exemplo e chamado à ação. A palavra “*podemos*” indica um fator de coesão e unidade que devem ser levados adiante, a exemplo do que já foi feito em outros lugares.

Na SDG15, notamos, novamente, a luta pela ressignificação dos sentidos, em confronto com uma memória existente. No trecho “*No siempre ha habido estas clases sociales*”, o discurso remete a uma naturalização do capitalismo na sociedade contemporânea como um fenômeno eterno. Assim o fragmento “*no siempre*” se opõe, por exemplo, aos enunciados “o capitalismo é o que existe” ou “a desigualdade entre pessoas sociais é algo natural”. Ainda, a SDG15 também caracteriza a classe trabalhadora como um grande conglomerado que apenas exclui a burguesia.

Aqui as classes sociais são definidas como classes fundamentais e, nesse sentido, o discurso interpela a toda a sociedade, já que os trabalhadores são um grande grupo em oposição à burguesia. Claramente, nesse trecho do discurso, não há busca pela mediação com a classe burguesa, definido como “*los que viven del trabajo de otros*”, com referência nitidamente pejorativa. É pejorativo na medida em que se tem como evidente, entre comunistas e socialistas, que “viver do trabalho dos outros” é errado ou imoral.

Na SDG16, o discurso “aponta” para um horizonte, um projeto ainda em construção, imaginário. Aqui a expressão “*de manera realista*” se opõe a um projeto irreal de socialismo e se opõe, portanto, a uma luta e a um sonho “irreais” que nunca se concretizariam. Pensar o socialismo de maneira realista também significa, nesse segmento, a possibilidade “real” de concluir esse processo de mudança civilizacional.

6 Conclusão

Este artigo analisou a narrativa acerca dos imaginários sobre o processo de reforma do Estado na cena política boliviana. Particularmente, realizou-se a análise do discurso político durante o período de ascensão do partido *Movimiento al Socialismo* (MAS) à institucionalidade

estatal, entre 2006 e 2010. A partir desse procedimento, foi possível estudar parte do processo de reformulação da ideologia dominante (os imaginários) por meio de uma de suas práticas (o discurso) ao nível da luta política-ideológica na formação social boliviana.

A conclusão que chega o artigo é que a narrativa em torno do processo de reforma do Estado no caso boliviano é constituída por um imaginário que se reporta à existência de uma vanguarda indígena na conquista do poder de Estado; e que faz à alusão de um horizonte plurinacional de inclusão não apenas dos povos originários, mas também dos demais setores subalternos à institucionalidade estatal.

O imaginário sobre a conquista do poder pelos povos indígenas reforça a ideia de que há uma ruptura com a antiga ordem, a superação de uma condição colonial. Essa conquista é narrada com ênfase na redenção dos dominados sobre a antiga burguesia da Meia-Lua, que conspirou contra o processo de transformação social. Já o imaginário sobre o horizonte plurinacional aponta para a integração das camadas indígenas às novas instituições, e indica, para o futuro, uma sequência de conquistas desejadas. Esse aspecto, dirigido aos protagonistas do processo oferece certa coesão sobre as mudanças que estariam por vir, e dá a ideia de um horizonte a ser disputado, construído pela luta política, a partir de uma unidade nacional, liderada pelos povos originários no país.

Esses elementos constituem uma narrativa que consolida um imaginário de coesão e de unidade nacional na conjuntura de transformação do Estado capitalista na formação social boliviana. A coesão e a unidade, nos termos formulados pelo discurso, apontam para a transformação da ideologia dominante e, particularmente, podem ser compreendidos, como uma modulação do efeito de unidade, próprio da ideologia nas sociedades capitalistas.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, Martins Fontes, 1982.
- BIANCHI, A. *Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda. 2008.
- BONETTO, M. S.; IRUSTA, S. *Del Estado nacional al Estado plurinacional*. Cordoba: Eduvim, 2016.
- CUNHA FILHO, C. M. *Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia*. Curitiba: Appris, 2018 (Coleção Ciências Sociais).
- DO ALTO, H. El MAS-IPSP boliviano, entre movimiento social y partido político. *Análisis político*, v. 21, n. 62, pp. 25-43, 2008.
- EAGLETON, T. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ESPINOZA MOLINA, F. *Bolívia: la circulación de sus élites (2006-2014)*. Santa Cruz de la Sierra: Editora, 2015. (Colección Ciencias Sociales e Historia de El País, n. 36).
- FORNILLO, B.; SCHIAVI, M. Sindicatos campesinos y poder estatal en la Bolivia evista (2005-2010). *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM. Les Cahiers ALHIM*, n. 26, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/alhim/4819>. Acesso em 02/2020.
- FUSER, I. *Bolívia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2016.

GARCÉS, F. (ed.). *El Pacto de Unidad y el proceso de construcción de una propuesta de Constitución Política del Estado*. Programa NINA/Agua Sustentable/Cejis/Cenda, La Paz. 2010.

GARCÉS, V. et al. Los esfuerzos de construcción descolonizada de un Estado plurinacional en Bolivia y los riesgos de vestir al mismo caballero con otro terno. *Revista Integra Educativa*, v. 3, n. 1, pp. 49-66, 2010.

GARCIA LINERA, A. El desencuentro de dos razones revolucionarias. Indianismo y Marxismo. En publicación: Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano no. 3. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Diciembre 2007.

GARCÍA LINERA, A. *Los tres pilares de la nueva constitución política del Estado: Estado Plurinacional, Economía estatal y Estado autonómico*. Discurso del Vicepresidente del Estado Plurinacional en la sede de la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB). Vicepresidencia del Estado Plurinacional. La Paz, v. 4, 2008 Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/07/27/discursos-e-entrevistas/>. Acesso em: 28/07/2020.

GARCÍA LINERA, A. *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia* / Compilador Stefanoni, P. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

GARCÍA LINERA, A. El socialismo comunitario. Un aporte de Bolivia al mundo. *Revista de Análisis: Reflexiones sobre la coyuntura*. n. 5, fevereiro/2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/07/27/discursos-e-entrevistas/>. Acesso em: 28/07/2020.

GARCÍA LINERA, A. El Estado en transición. Bloque de poder y punto de bifurcación. In: GARCÍA LINERA, A.; PRADA, R.; TAPIA, L.; CAMACHO, O. V. *El estado: campo de la lucha*. Cidade: Muela del Diablo, 2010a.

GARCÍA LINERA, A. et al. *El estado: campo de la lucha*. Cidade: Muela del Diablo, 2010b.

GARCÍA LINERA, A. *Las tensiones creativas de la revolución: la quinta fase del Proceso de Cambio*. Vicepresidencia del Estado Plurinacional, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011.

GARCÍA LINERA, A. *El Vicepresidente describe el nuevo campo político en Bolivia*. La Paz. Extraído, em 03/10/2019, de: [http://www.vicepresidencia.gob.bo/El-Vicepresidente-describe-el-v-11-n-6-pp-2016-2014-\(atualmente-fo-ra-do-ar\)-](http://www.vicepresidencia.gob.bo/El-Vicepresidente-describe-el-v-11-n-6-pp-2016-2014-(atualmente-fo-ra-do-ar)-). Acesso em 10/2019.

GARCÍA LINERA, A. El Estado y la vía democrática al socialismo. *Revista Nueva Sociedad*, n. 259, pp. 143-161 2015.

GIL, A. D. D. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? *Perspectivas*, v. 33, pp. 157-189, 2008.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

PANNAIN, R. N. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. *Lua Nova*, n. 105, pp. 287-313, 2018.

PASTOR, R. V.; DALMAU, R. M. Los procesos constituyentes latinoamericanos y el nuevo paradigma constitucional. IUS. *Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla AC*, n. 25, pp. 7-29, 2010.

PÊCHEUX, M. Língua e ideologia. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; H, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997, V. 3.
- PÊCHEUX, M. *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 2014.
- POULANTZAS, N. *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Paris: François Maspero, 1975.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2019.
- RAMÍREZ, F.; STEFANONI, P.; SVAMPA, M. *Las vías de la Emancipación: Conversaciones con Álvaro García Linera*. Cidade do México: Ocean Sur, 2009.
- REIS, G. S. A socialdemocracia do MAS boliviano. *Revista de Sociologia Política*, v. 21, n. 48, pp. 67-83, 2013.
- ROJAS, G. A. Caracterizando os governos “pós-neoliberais” latino-americanos. *Libertas*, v. 15, n. 1, 2015.
- SANTAELLA, G. R. *Intelectuais em movimento: o Grupo Comuna e a construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SILVA, F. P. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro, Ponteio, 2011.
- STEFANONI, P. Álvaro García Linera: pensando Bolívia entre dos séculos. In: GARCÍA LINERA, Á. *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolívia*, v. 2, 2009.
- TAPIA, L. *La igualdad es cogobierno*. La Paz: CIDES-UMSA; ASDI-SAREC; Plural Editores, 2007.
- TAPIA, L. *La coyuntura de la autonomía relativa del Estado*. La Paz: CLACSO, 2009.
- TAPIA, L. *La sustitución del pueblo*. La Paz: Autodeterminación, 2014.

Recebido em: 15/07/2021

Aceito em: 13/10/2021